

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Rosey Ventures S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rosey Ventures S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Rosey Ventures S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 01 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, não tendo iniciado suas atividades operacionais até a data-base destas demonstrações. Conseqüentemente, os resultados e fluxos de caixa apresentados não refletem o desempenho de uma Companhia em operação normal e podem não ser indicativos do desempenho futuro após o início das atividades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 5 de março de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Ricardo Ramos da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 196573/O-0


Rosey Ventures S.A.

CNPJ - 59.023.908/0001-63


Parecer do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da **Rosey Ventures S.A.**, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou as demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, datado de 5 de março de 2026, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

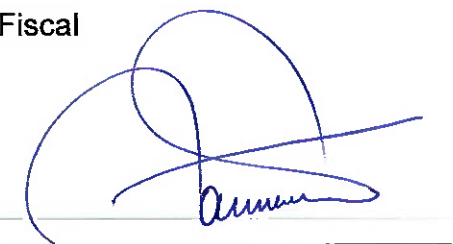
São Paulo, 27 de março de 2026.



Carlos Henrique Oliveira
Membro do Conselho Fiscal



Everson Ismael de Oliveira
Membro do Conselho Fiscal



Pedro Jaime Cervatti
Membro do Conselho Fiscal

ROSEY VENTURES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rosey Ventures S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelo presente Estatuto Social, pela lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”) e pelas demais disposições legais aplicáveis.

A Companhia com sede na Rua Rui Barbosa, nº 156, 1º andar, sala 06, Bela Vista, na cidade São Paulo, Estado de São Paulo, sob o CEP 01326-010.

A Rosey Ventures S.A. tem por objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, podendo promover a captação e administração de recursos de qualquer espécie para investimentos focados em startups, bem como suporte, consultoria, assessoria e treinamento para empresas emergentes de tecnologia e inovação, além de promover desinvestimentos estratégicos visando a obtenção de ganhos de capital.

A Companhia é controlada pela Editora FTD S/A a qual atua tem como principal atividade a indústria e o comércio decorrentes da edição, da impressão e distribuição de livros para os ensinos fundamental e médio e de livros de literatura e de apoio didático

A Rosey Ventures S.A. foi constituída em janeiro de 2025 e, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, encontra-se em fase pré-operacional. Nesse período, a Companhia concentrou seus esforços na estruturação organizacional, definição de estratégias e avaliação de oportunidades de investimento, não tendo realizado aquisições ou efetuado aportes que resultassem em participações societárias em outras Companhias.

Em decorrência de sua condição pré-operacional, a Companhia não registrou receitas operacionais. As receitas reconhecidas no período referem-se substancialmente a rendimentos de aplicações financeiras.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração possui, na data de aprovação das demonstrações financeiras expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

O exercício social da Companhia começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

2.3. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Políticas Contábeis Adotadas.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Sociedade nas demonstrações financeiras é o real (R\$), que representa o ambiente econômico no qual a Sociedade realiza suas operações.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo que, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelo custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios e possuem vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo o seu valor justo ou de realização.

c) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é optante pelo lucro real, as contribuições são apuradas aplicando-se as alíquotas legais sobre o lucro tributável do período, considerando ajustes permanentes e temporários previstos na legislação, incluindo exclusão de dividendos e resultados de equivalência patrimonial.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 milhões ao ano para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto é registrado pelo regime de competência, refletindo a provisão para imposto corrente e diferido, quando aplicável. Em razão da natureza da Companhia como Capital Venture, a base tributável é composta predominantemente por receitas financeiras e ganhos sobre aplicações financeiras.

d) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

e) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes

2.4. Informações comparativas

A Companhia foi constituída no exercício de 2025, sendo este o primeiro ano de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras.

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as demonstrações financeiras devem apresentar informações comparativas de períodos anteriores, exceto quando tais informações não existirem, como ocorre no caso de Companhias que estão em seu primeiro exercício social. Dessa forma, não são apresentados saldos comparativos referentes ao exercício anterior, uma vez que a Companhia não possuía operações, fatos contábeis ou demonstrações financeiras formalizadas em período precedente.

2.5. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício de 2025, a Companhia adotou as alterações e os novos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras

Norma ou interpretação	Descrição
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das Companhias atuantes no mercado brasileiro
Alterações ao CPC 02 (R2)	As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

Na data de autorização da emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Melhorias Anuais nas Normas Contábeis	Alterações nas normas CPC 37 (R1), CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 36 (R3) e CPC 03 (R2).	01/01/2026
Alterações ao CPC 48 e CPC 40	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01/01/2026
Alterações ao CPC 48 e CPC 40	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais	01/01/2026

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 51	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir mediante a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas nas demonstrações financeiras da Companhia. Contudo, exceto pelo CPC 51, cujos impactos estão sendo avaliados pela Companhia, a Administração não espera impactos significativos sobre as referidas demonstrações financeiras, em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

3. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

31/12/2025

Caixa e bancos	2
Recursos Livres (i)	<u>23.530</u>
	<u>23.532</u>

- (i) De acordo com a Política de Investimentos, as disponibilidades da Rosey só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de rating AAA em uma agência de risco ou dois ratings 's AA, no longo prazo. As aplicações em bancos controlados pelo governo federal, independente de seus "ratings" também são liberadas. São vetadas aplicações em participações acionárias, "hedge funds", multimercados e aplicações em operações de swap cambial, fundos não lastreados em papéis de governo e bancos abaixo do rating.

A Rosey deve manter no máximo 40% de suas aplicações em uma mesma instituição financeira e todas as aplicações, terão disponibilidade imediata.

Em 31 de dezembro de 2025 a Rosey mantinha suas aplicações com as seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco, Banco Itaú, Banco Santander sendo:

A Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio anual atrelado ao CDI foi de 14,30% (100,24% do CDI).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

31/12/2025

Aplicações Financeiras	<u>8.119</u>
------------------------	--------------

São aplicações com a instituição financeira Banco Votorantim referentes à Letras financeiras, cujo rendimento médio anual atrelado ao CDI foi de 14,46%.

5. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

31/12/2025

Imposto de Renda e Contribuição Social

43

6. ADIANTAMENTO DE FORNECEDORES

31/12/2025

Adiantamento de Fornecedores - Referentes a bens ou serviços

14
14

7. FORNECEDORES

A composição de Fornecedores, segue abaixo:

31/12/2025

Fornecedores

1
1

8. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A composição do saldo das obrigações sociais é como segue:

31/12/2025

INSS

4

Provisão de Férias

65

FGTS

9

IRRF a Recolher

19
97

9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

31/12/2025

PIS a Recolher

3

COFINS a Recolher

15
18

A Companhia é tributada pelo regime do Lucro Real, estando sujeita ao regime não cumulativo de apuração das contribuições ao PIS e à COFINS, nos termos das Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003.

A Companhia auferiu exclusivamente receitas financeiras, substancialmente compostas por rendimentos de aplicações financeiras de liquidez imediata.

10. PROVISÃO PARA RISCOS

A Administração da Companhia realizou uma avaliação abrangente, em conjunto com seus assessores jurídicos, sobre processos judiciais, administrativos e demais demandas que possam resultar em perdas para a Companhia. Com base nessa análise, não foram identificadas contingências classificadas como prováveis ou possíveis que requeiram provisão ou divulgação nas demonstrações financeiras na data-base.

A Companhia continuará monitorando regularmente suas exposições jurídicas e atualizará esta nota explicativa caso surjam novas informações relevantes.

11. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2025</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.079
Alíquota nominal combinada	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(684)
<u>Adições permanentes:</u>	
Outras diferenças permanentes	-
Resultado de equivalência patrimonial	-
<u>Exclusões permanentes:</u>	
Outras exclusões permanentes	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(684)
Alíquota efetiva	33%
Correntes	(684)

b) Constituição de provisão IRPJ e CSLL

	<u>31/12/2025</u>
Lucro antes da CSLL	2.079
Adições e exclusões	-
Base de cálculo	<u>2.079</u>
CSLL devida	187
IRPJ devido	313
Adicional de IRPJ	184
IRPJ total devido	497
Dedução PAT	-
Total de imposto a pagar	<u>684</u>
Saldo Inicial	<u>2025</u>
Despesa IRPJ CSLL	684
Pagamentos	<u>(487)</u>
IRPJ + CSLL a recolher	<u>197</u>

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da companhia é de R\$30.000 (Trinta milhões de reais), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, dividido em 30.000 (Trinta milhões) de ações ordinárias normativas, sem valor nominal.

31/12/2025

Editora FTD 100%

30.000

30.000

b) Reserva de Lucro

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art.193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

Em 31 de Dezembro de 2025, a Companhia possui nesta rubrica o montante de R\$70 (Setenta mil).

Reserva Retenção de Lucros

A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E - Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária.

Em 31 de Dezembro de 2025, a Companhia possui nesta rubrica o montante de R\$994 (novecentos e noventa e quatro mil).

c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social e em consonância com a Lei das Sociedades por ações.

A Assembleia Geral dos acionistas deliberará por proposta da Diretoria e porcentagem diversa sobre o Lucro Líquido da Companhia, ou mesmo pela retenção de todo o lucro nos termos do parágrafo terceiro do art.202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos do exercício de 2025 foram calculados como segue:

31/12/2025

Lucro Líquido do Exercício

1.395

Apropriação à Reserva Legal

(70)

Base de cálculo

1.325

Dividendos Mínimos Obrigatórios

25%

Dividendos a Distribuir

331

d) Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores incluindo os benefícios de seu pessoal-chave (diretores estatutários da Companhia) no montante de R\$530 em 31 de dezembro de 2025.

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

A composição das despesas gerais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

	<u>31/12/2025</u>
Despesas e encargos com funcionários	707
Serviço Assessoria/Consultoria	380
Despesas Legais e Judiciais	68
Despesas administrativas	24
Outras despesas	2
	<u>1.181</u>

14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

A composição das receitas e despesas financeiras é conforme segue:

	<u>31/12/2025</u>
Receita sobre Aplicação Financeira (i)	3.419
PIS e COFINS/Receitas Financeiras	<u>(159)</u>
	<u>3.260</u>

(i) As receitas financeiras foram auferidas principalmente em aplicações financeiras.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os instrumentos financeiros são representados pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas e contas a pagar a fornecedores. Todos os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia foram registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia não opera com derivativos nem outros instrumentos financeiros que apresentem característica especulativa e tem como política a aplicação de recursos em aplicações, com baixo nível de exposição a riscos e alto nível de liquidez.

A relação e categoria dos instrumentos financeiros e seus respectivos saldos está apresentada a seguir:

	Notas <u>explicativas</u>	<u>2025</u>
Ativos financeiros - custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	3	23.532
Aplicações Financeiras	4	8.119
Passivos financeiros - custo amortizado:		
Fornecedores	7	1
Dividendos a distribuir	12 c)	331

Não há diferenças significativas entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2025.

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia estão expostos a seguir:

a) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das obrigações e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada basicamente pelo capital integralizado, uma vez que não possui nenhum nível de endividamento com terceiros.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de riscos, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro nos fluxos de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do “rating” das contrapartes. São responsabilidades da Diretoria Financeira o exame e a revisão das informações relacionadas ao gerenciamento de riscos, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicados ao gerenciamento de risco.

c) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que esta está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são ações realizadas a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No que diz respeito a caixa e equivalentes de caixa, a Companhia tem como política trabalhar com instituições financeiras consideradas de primeira linha por sua Administração.

d) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui transações de comércio exterior.

16. EVENTOS SUBSEQUENTE

A Administração avaliou eventos subsequentes até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras e não identificou quaisquer eventos que requeressem ajuste ou divulgação, conforme previsto no CPC 24 - Evento Subsequente.

Rosey Ventures S.A.

17. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram autorizadas e aprovadas para emissão pela Administração em 5 de março de 2026.

LOECIR
ANDERSON DE
ANDRADE:0345
8028960

Assinado de forma
digital por LOECIR
ANDERSON DE
ANDRADE:03458028960
Dados: 2026.03.25
14:49:32 -03'00'

Rosey Ventures S.A.

CNPJ.: 59.023.908/0001-63

Loecir Anderson de Andrade

Contador

CRCPR 054.023/O7